

APREN: Qual é a visão dos partidos sobre a transição energética?

APREN promoveu um debate político sobre estratégias de descarbonização, a pretexto das próximas eleições legislativas

A [APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis](#) organizou na manhã de terça-feira, 20 de fevereiro, um [debate online](#) com vários partidos a pretexto das próximas eleições legislativas marcadas para 10 de março.

Moderada por Pedro Amaral Jorge (Presidente da Direção da APREN), a iniciativa contou com António Leitão Amaro (Aliança Democrática), Jorge Costa (Bloco de Esquerda), Jorge Miguel Teixeira (Iniciativa Liberal) e Miguel Costa Matos (Partido Socialista), sendo que foram convidados todos os partidos com assento parlamentar.

Em cima da mesa esteve o tema da transição energética e as estratégias para assegurar a neutralidade carbónica até 2050, conforme compromissos já assumidos por Portugal perante a União Europeia.

Os partidos à esquerda, sobretudo o PS, convergem no sentido de aceleração da transição energética com o Bloco de Esquerda a colocar a tónica na justiça social. Já a direita, representada no debate pelo PSD e Iniciativa Liberal, é mais cautelosa. Transição sim, mas a custos controlados.

A Aliança Democrática, pela voz de António Leitão Amaro, defende que a transição energética é civilizacionalmente necessária e uma oportunidade económica. “Mas tem de ser feita com racionalidade económica, transparência e uma grande proteção dos consumidores industriais, empresariais e domésticos. Devemos também ter muita cautela com as apostas, às vezes aventureiras, com tecnologias não maduras para evitar que se volte a falar em rendas excessivas”, sublinhou. Para Leitão Amaro, o Estado deve ser um parceiro ágil a decidir, imparcial, que não deve acrescentar custos a faturas que os portugueses já têm dificuldade em pagar.

Na mesma linha, a Iniciativa Liberal olha para a neutralidade tecnológica e sistema de preços como dois grandes pilares que podem fazer funcionar a transição energética. “Não podemos escolher tecnologias e devemos não fazer intervenções extemporâneas nos preços achando que é isso que vai resolver o problema dos eventuais custos sociais da transição energética”, frisou por seu lado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal. A Iniciativa Liberal tem uma visão de abundância para o país e para transição energética, que deve ser compatibilizada com a proteção do meio ambiente. Jorge Teixeira lembra, contudo, que não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, referindo-se à proposta do Bloco de Esquerda de proibir os voos de jatos privados e reduzir o transporte aéreo substituindo-o por transporte ferroviário de alta velocidade. “Este setor representa 2% das emissões das emissões e está a fazer um esforço”, ressaltou.

Para o Partido Socialista, representado no debate por Miguel Costa Matos, a transição energética, que Portugal acelerou nos últimos anos, é uma oportunidade de transformação da economia que garante, por exemplo, o pagamento de melhores salários e ajuda a fixar no país a geração mais qualificada de sempre. “É isso que estamos a ver em muitos pontos do país com a atração de investimento para energias renováveis. Temos de continuar o trabalho de capacitação da Direção-Geral de Energia e Geologia, de incentivo aos municípios para o licenciamento e de expansão do solar descentralizado. Não podemos deixar para depois, como aqui alguns disseram. Também não podemos desvalorizar as centrais solares centralizadas que têm um papel indispensável para o nosso país”, realçou.

Para Jorge Costa, do Bloco de Esquerda, é preciso evitar reproduzir os erros habituais que em Portugal se têm cometido, de cada vez que é implementada uma nova fileira de negócio, como aconteceu com a agricultura intensiva no Alentejo, o que está a contribuir para a desertificação e desqualificação da agricultura. “Para nós a transição energética está ligada à justiça social. “O investimento privado tem de ser associado aos objetivos da transição energética. Mas é essencialmente a partir de política pública e, em muitos casos, de investimento público que estas políticas se podem desenvolver criando consenso social em seu redor”, resume Jorge Costa.

O CEO da APREN, Pedro Amaral Jorge, que moderou o debate, frisou que em 2022 o turismo representou 15% do PIB. “Em 2030 só a produção de eletricidade renovável poderá representar 6%, fora todos os combustíveis renováveis. É uma oportunidade fundamental para desenvolver o país. Podemos vir a gerar mais de 215 mil empregos até 2030”, salientou, em jeito de conclusão, num debate sobre transição energética que promoveu troca de ideias entre quatro grandes forças políticas em vésperas de eleições legislativas em Portugal.

A gravação do debate está disponível no canal de YouTube da APREN, aqui: <https://youtube.com/live/FgWTsE7yBYo>

Sobre a APREN:



A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.